

Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

CONCURSO PÚBLICO

(nos termos dos art.ºs 130.º a 154.º do CCP - Código dos Contratos Públicos, republicado em anexo ao Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de Agosto e respetivas alterações)

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Concurso Público para a Empreitada de Construção de Vias Pedonais nas Ruas Tratado de Salvaterra, dos Trabalhadores Agrícolas e dos Campinos, em Salvaterra de Magos

Janeiro 2025

**Concurso Público para a Empreitada de Construção de Vias Pedonais nas
Ruas Tratado de Salvaterra, dos Trabalhadores Agrícolas e dos
Campinos, em Salvaterra de Magos**

ÍNDICE GERAL

Peças Escritas

Programa de Procedimento

Cláusulas Gerais

Cláusulas Técnicas Especiais

PSS – Plano de Segurança e Saúde

PPG – Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição

Memória Descritiva e Justificativa

Mapas de Quantidades

Peças Desenhadas

Arruamentos:

- Levantamento Topográfico
- Plantas de Demolições
- Plantas de Apresentação e Sinalização
- Plantas de Trabalho
- Perfis Longitudinais
- Perfis Transversais Tipo
- Pormenores de Muro de Suporte
- Pormenores de Rebaixamento de lancil
- Pormenores de Assentamento de lancil
- Pormenor de Entradas
- Pormenor de Passadeira Elevada
- Pormenor de Sinalização Vertical

Rede de Drenagem Pluvial:

- Plantas de Drenagem
- Perfis Longitudinais
- Pormenor de Caixas de Visita
- Pormenor de Assentamento de Colector
- Pormenor de Caixa de Recolha em Valetas ou Linhas de Água
- Pormenor de Ramal Pluvial
- Pormenor de Sumidouro Sinfonado

Índice

CAPITULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	6
Artigo 1.º Identificação do Concurso	6
Artigo 2.º Entidade Adjudicante	6
Artigo 3.º Decisão de Contratar	6
Artigo 4.º Fundamento da escolha do procedimento	6
Artigo 5.º Concorrentes	7
Artigo 6.º Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento	7
Artigo 7.º Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento	8
 CAPITULO II – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	 9
Artigo 8.º Propostas	9
Artigo 9.º Documentos que Constituem as Propostas	9
Artigo 10.º Indicação do Preço	11
Artigo 11.º Preço anormalmente baixo	11
Artigo 12.º Apresentação de Propostas Variantes	12
Artigo 13.º Idioma dos Documentos da Proposta	12
Artigo 14.º Modo de Apresentação das Propostas	12
Artigo 15.º Prazo para Apresentação das Propostas	13
Artigo 16.º Prorrogação do Prazo Fixado para a Apresentação das Propostas	13
Artigo 17.º Obrigação de Manutenção das Propostas	14
Artigo 18.º Alteração e/ou Retirada das Propostas	14
Artigo 19.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas Apresentadas	14
Artigo 20.º Análise das Propostas	15
Artigo 21.º Esclarecimentos sobre as Propostas	15
 CAPITULO III – SELECÇÃO DOS FORNECEDORES	 16
Artigo 22.º Critério de Adjudicação	16
Artigo 23.º Fatores e Subfatores do Critério de Adjudicação	17
Artigo 24.º Relatório Preliminar	19
Artigo 25.º Audiência Prévia	19
Artigo 26.º Relatório Final	19
Artigo 27.º Notificação da Adjudicação	20
Artigo 28.º Documentos de Habilitação	20
Artigo 29.º Idioma dos Documentos de Habilitação	22
Artigo 30.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	22
Artigo 31.º Falsidade de Documentos e Declarações	23

CAPITULO IV – CAUÇÕES	23
Artigo 32.º Caução	23
 CAPITULO V – CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	 23
Artigo 33.º Minuta do Contrato	23
Artigo 34.º Reclamações Contra a Minuta	23
Artigo 35.º Celebração do Contrato	24
Artigo 36.º Não Outorga do Contrato	24
 CAPITULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS	 25
Artigo 37.º Legislação aplicável	25
Artigo 38.º Despesas e encargos	25
 ANEXO I	 26
FORMULÁRIO DE PROPOSTA	28

CAPITULO I – Disposições Gerais

Artigo 1.º – Identificação do concurso

1. O presente procedimento é designado por “Concurso Público para a Empreitada de Construção de Vias Pedonais nas Ruas Tratado de Salvaterra, dos Trabalhadores Agrícolas e dos Campinos, em Salvaterra de Magos”.
2. O presente programa visa regular o procedimento que tem por objecto principal a selecção de empreiteiro, para realização da obra indicada no ponto anterior, pela Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, em conformidade com as cláusulas técnicas do Caderno de encargos e restantes peças de procedimento.

Artigo 2.º – Entidade Adjudicante

Para efeitos do presente procedimento, é Entidade Adjudicante o Município de Salvaterra de Magos, com sede na Praça da República, nº1, 2120-072 Salvaterra de Magos, número de identificação de pessoa coletiva 506 755 150, com telefone n.º 263 509 500, fax n.º 263 509 501, endereço de correio eletrónico: geral@cm-salvaterrademagos.pt ou expedientegeral@cm-salvaterrademagos.pt e é utilizada a plataforma de contratação pública Acingov.

Artigo 3.º – Decisão de contratar

Ao abrigo no disposto no n.º 1 do artigo 36º do CCP, a decisão de contratar relativa ao presente procedimento compete à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 18º do D.L. nº 197/99, de 8 de Junho.

Artigo 4.º – Fundamento da escolha do procedimento

A escolha do procedimento de concurso público foi tomada com fundamento na alínea b) do artigo 19.º do CCP, bem assim pelo facto de a Entidade

Adjudicante não dispor de recursos próprios para a necessidade pública em questão.

Artigo 5.º – Concorrentes

1. Podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou colectivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Podem ser concorrentes no presente procedimento, agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercidas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

Artigo 6.º – Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento

1. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis para consulta no Serviço de Expediente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente, nos dias úteis das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, podendo qualquer interessado solicitar cópia das mesmas, em papel ou suporte informático adequado.
2. O Programa de Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se ainda disponíveis na plataforma electrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, no endereço electrónico <https://www.acingov.pt/>, onde podem ser consultadas e copiadas pelos interessados.
3. O acesso às peças de procedimento, conforme previsto no número anterior, será facultado aos interessados que efectuem inscrição através da plataforma

electrónica utilizada pela entidade adjudicante, no procedimento correspondente.

4. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma electrónica poderão recorrer ao centro de apoio previsto para esse fim através do e-mail apoio@acingov.pt ou através do numero de telefone 707451451.

Artigo 7.º – Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao júri do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.

2. No prazo referido no número anterior, devem ainda os concorrentes apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas nos números 3 e 4 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, o júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelos concorrentes e o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.

5. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.

6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, juntamente com as

peças patenteadas em concurso, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados desse facto.

7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

CAPITULO II – Apresentação das propostas

Artigo 8.º - Propostas

1. Na proposta, os concorrentes manifestam a sua vontade de celebrar o contrato bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.
2. As propostas apresentadas pelos concorrentes devem respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos e legislação em vigor.
3. As propostas serão excluídas se não obedecerem a todas as características técnicas exigidas.
4. Quaisquer encargos relativos à elaboração das propostas, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados integralmente pelos concorrentes.

Artigo 9.º – Documentos que constituem a Proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento referido na alínea a) do nº. 1 do artº. 57º. do CCP, assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, o qual constitui a declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos;
 - b) Formulário da proposta, conforme modelo constante em anexo ao presente programa de procedimento, com a indicação do preço

proposto até à segunda casa decimal, a praticar no âmbito do respectivo procedimento, cujas características e especificações técnicas constam no Caderno de Encargos;

c) Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, no caso de as entidades concorrentes serem pessoas colectivas, ainda que integrada em agrupamento de concorrentes.

d) Documento que demonstre os poderes de representação e assinatura do assinante (aplicável apenas nos casos em que o certificado digital não relacione directamente o assinante com a sua função e poder de assinatura), para os efeitos do disposto no nº. 7 do artº. 54º. Da Lei nº. 96/2015 de 17 de Agosto.

e) Um plano de trabalhos que deverá incluir:

- i. Memória descritiva e justificativa do plano de trabalhos;
- ii. Plano de atividades;
- iii. Plano de mão-de-obra;
- iv. Plano de equipamentos;
- v. Plano de pagamentos e cronograma financeiro;
- vi. Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;

2. A não apresentação dos documentos indicados no número anterior determina a exclusão da proposta apresentada.
3. Os concorrentes poderão apresentar outros elementos que considerem de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado nas peças do presente procedimento.
4. O formulário da proposta deve ser preenchido sem efectuar quaisquer alterações à sua integridade, estrutura, formato ou conteúdo, apenas devendo ser preenchidos os espaços em branco referentes ao preço

proposto, não podendo em caso algum, ser acrescentados quaisquer outros elementos ou informações.

5. Quando os documentos sejam apresentados por agrupamentos de concorrentes, os documentos referidos nos números anteriores, devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos á proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 10.º – Indicação do Preço

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato, deve o Dono da Obra pagar ao Empreiteiro a quantia total constante da proposta adjudicada acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o Empreiteiro ser sujeito, a qual não pode exceder os **999.696,50€**, enquanto preço base do procedimento.
2. O preço constante das propostas não inclui IVA e deve ser indicado em euros, por extenso e em algarismos, com o máximo de duas casas decimais.
3. Em caso de divergência, os preços indicados por extenso prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os mais decompostos.

Artigo 11.º – Preço anormalmente baixo

1. Em conformidade com o disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando for 40% ou mais inferior à média das propostas a admitir.

2. A fixação de um preço anormalmente baixo tem como finalidade evitar que seja apresentada uma proposta de valor inferior ao valor médio praticado no mercado e, por conseguinte, a execução do contrato seja colocada em causa.

Artigo 12.º - Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 13.º – Idioma dos documentos da proposta

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, declarando o concorrente que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 14.º – Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados directamente na plataforma electrónica utilizada pela entidade adjudicante, identificada no presente programa de concurso.
2. As propostas e respetivos documentos deverão ser assinadas através de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem as propostas não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em envelope opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante.

5. Os documentos apresentados nos termos do número anterior devem ser entregues diretamente ou enviados por correio registado à Entidade Adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação de propostas.

6. A receção dos documentos apresentados nos termos dos números 5 e 6 será registada, por referência à respetiva data e hora em que os mesmos são recebidos.

Artigo 15.º – Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que a constituem deverão ser apresentados até às 23h59 (hora continental) do **30º dia** da data de envio para publicação no Diário da Republica.

2. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

Artigo 16.º Prorrogação do Prazo Fixado para a Apresentação das Propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos referidos no presente programa de concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado por período equivalente ao do atraso verificado.

2. Quando as retificações ou aceitação de erros e omissões, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. Mediante pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveitará a todos os interessados.

4. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem às entidades competentes para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões, nos termos do disposto nos n.º 1 do artigo 130.º, nos n.ºs 1 a 3 do artigo 131.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 17.º Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante um período de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 18.º Alteração e/ou Retirada das Propostas

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à Entidade Adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Artigo 19.º Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas

Apresentadas

1. O júri do procedimento, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação de propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.

2. Mediante atribuição de um login e de uma password, aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e 2.

Artigo 20.º Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 21.º Esclarecimentos sobre as Propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O júri do procedimento, quando aplicável, solicitará aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimimento das irregularidades das

suas propostas por preterição de formalidade não essenciais, designadamente a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento entre todos os concorrentes.

4. O júri do procedimento pode proceder à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo ínsitos nas propostas apresentadas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos do seu suprimimento.

5. Os pedidos efetuados pelo júri do procedimento referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, sendo desse facto imediatamente notificados todos os concorrentes.

CAPITULO III - SELECÇÃO DOS FORNECEDORES

Artigo 22.º – Critério de Adjudicação

1. A adjudicação será realizada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a Entidade Adjudicante, determinada pela modalidade melhor relação qualidade-preço, nos termos da alínea a) do nº. 1 do artigo 74º. do CCP.

2. Se ficarem graduadas em primeiro lugar duas ou mais propostas, ou seja, em situação de empate técnico, o desempate será concretizado através da realização de um sorteio.

3. A data, hora e local do sorteio a realizar serão notificadas, com o Relatório Final, aos concorrentes graduados em primeiro lugar.

4. Do sorteio realizado será lavrada uma ata, a qual será assinada pelos elementos do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.

5. Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 23.º – Fatores e Subfactores do critério de adjudicação

1. Critério de análise de propostas para efeito de adjudicação por ordem decrescente da sua importância:

- Valor técnico da proposta (Vt) 60%
- Preço da obra (Cv) 40%

2. Quantificação dos critérios de apreciação e dos respectivos factores de ponderação (a classificação destes parâmetros será feita de 0 a 10 pontos);

2.1 – Valor técnico da proposta - Garantia de qualidade na execução da obra:

- a) Memória descritiva e justificativa da execução da obra e do estaleiro - 45 %;
 - i) Descreve pormenorizadamente o modo de execução dos trabalhos mais relevantes;
 - ii) Justifica a adequação dos Meios Humanos;
 - iii) Justifica a adequação dos Meios Materiais/Equipamentos;
 - iv) Apresenta a constituição das equipas (meios humanos + equipamentos) em cada frente de trabalho;
 - v) Apresenta o cálculo dos rendimentos das equipas em cada frente de trabalho;
 - vi) Descreve um adequado plano/organização do estaleiro incluindo respectiva planta;
 - vii) Apresenta um adequado plano de sinalização temporária a adoptar em obra;
 - viii) Descreve adequados princípios/medidas de segurança e saúde a adoptar nos trabalhos;
 - ix) Descreve adequados princípios/medidas de prevenção e gestão de resíduos;
 - x) Apresenta um adequado plano/sistema de qualidade a aplicar em obra.
- b) Plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos a afectar à obra – 45 %;
 - i) Plano de trabalhos contém a identificação de todas as actividades principais;
 - ii) Plano de trabalhos contém a data de início, final e duração, de cada actividade;
 - iii) Plano de trabalhos contém as quantidades de trabalho que estão associadas a cada actividade;

- iv) Plano de trabalhos contém os rendimentos diários considerados para cada actividade;
 - v) Plano de trabalhos contém as equipas que estão associadas a cada actividade;
 - vi) Plano de trabalhos contém as precedências e ligações de cada actividade;
 - vii) Plano de trabalhos contém identificação do caminho crítico;
 - viii) Plano de trabalhos contém uma sequência lógica do modo de execução dos trabalhos;
 - ix) Plano de mão-de-obra apresenta uma correcta mobilização dos Meios Humanos;
 - x) Plano de equipamentos apresenta uma correcta mobilização dos Meios Materiais/Equipamentos.
- c) Lista de preços unitários – 10 %;
- i) Apresenta listas de preços unitários sem erros de cálculo ou omissões;
 - ii) Os preços apresentados correspondem a valores normais praticados no mercado.

As subalíneas i) a x) das alíneas a) e b), serão classificadas com 0 ou 1 ponto, sendo as subalíneas i) e ii) da alínea c) classificadas com 0 ou 5 pontos, consoante não verifiquem ou verifiquem, respectivamente, as exigências descritas.

A quantificação final de cada um dos 3 factores referidos (alíneas a), b) e c)) é obtida pela soma da pontuação obtida em cada uma das suas subalíneas, sendo posteriormente aplicados os respectivos factores de ponderação, de acordo com a fórmula:

$$Vt = 0,45 \times (a.i + a.ii + a.iii + a.iv + a.v + a.vi + a.vii + a.viii + a.ix + a.x) + 0,45 \times (b.i + b.ii + b.iii + b.iv + b.v + b.vi + b.vii + b.viii + b.ix + b.x) + 0,10 \times (c.i + c.ii)$$
, em que

Vt- Pontuação a atribuir ao valor técnico da proposta, com um máximo de 10 valores;

a.i; a.ii; ...; a.x – pontuação obtida em cada uma das subalíneas da alínea a) do ponto 14.2.1

b.i; b.ii; ...; b.x – pontuação obtida em cada uma das subalíneas da alínea b) do ponto 14.2.1

c.i; c.ii – pontuação obtida em cada uma das subalíneas (i) e ii) da alínea c) do ponto 14.2.1

2.2 – Preço da obra proposto pelo empreiteiro:

A classificação referente a este item, será obtido através da fórmula:

$$Cv = ((Vb - Vpa) / (Vb - Vr)) \times 10$$
, em que

Cv- Pontuação a atribuir ao valor da proposta, com um máximo de 10 valores;

Vb – Valor base a concurso;

Vpa- Valor da proposta objecto de análise;

Vr- Valor de referência, considerado 40% abaixo da média das propostas a admitir;

2.3 – Classificação Final

As propostas dos concorrentes serão ordenadas por ordem decrescente, consoante o valor “V” sendo escolhida a que apresentar o valor “V” mais elevado, arredondado às centésimas. O valor “V” é definido pelo polinómio:

$$V = 0,60 \times V_t + 0,40 \times C_v$$

Artigo 24.º – Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o Júri do procedimento elabora um relatório preliminar fundamentado, no prazo de três dias, no qual propõe a ordenação das mesmas.

2. No relatório preliminar o Júri do procedimento deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas por qualquer dos motivos previstos nos artigos 70.º e 146.º do CCP.

Artigo 25.º – Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri do procedimento envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhe um prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 26.º – Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, o Júri do procedimento elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do

relatório preliminar, o Júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, restrita aos concorrentes interessados, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de consulta prévia, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

Artigo 27.º - Notificação da Adjudicação

1. Após a decisão de adjudicação, a entidade concorrente cuja proposta foi ordenada em primeiro lugar é notificada eletronicamente, desse mesmo ato, para o seu endereço eletrónico.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade concorrente cuja proposta foi ordenada em primeiro lugar será notificada para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente convite e no artigo 81.º do CCP.

Artigo 28.º – Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar em suporte digital, através de correio eletrónico, no prazo de **5 (cinco) dias** após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas colectivas, dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou

gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;

- ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

c) Alvará de construção ou títulos de registo do concorrente emitido pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (doravante designado InCI), contendo as seguintes habilitações: a 1ª. e 8ª. Sub-categoria da 2ª. categoria na classe correspondente ao valor total da proposta.

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário seleccionado pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço no sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. O adjudicatário seleccionado deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 5 dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

5. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um

prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 29.º – Idioma dos Documentos de habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 30.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, a adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no presente Programa;
 - b) Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Programa de Concurso, acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verifiquem por facto que não seja imputável ao prestador selecionado, o júri do procedimento deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário, relativamente ao qual o facto ocorreu, para que este se pronuncie, por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, num prazo de 2 (dois) dias úteis.
4. Nos casos previstos nos números anteriores, deverá ser adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.

Artigo 31.º Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 3 do artigo anterior.

CAPITULO IV – Cauções

Artigo 32.º – Caução

1. Para efeitos do presente procedimento, será exigida a caução nos termos 88º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
2. A caução referida no número anterior corresponderá a 5% do preço contratual e deverá ser prestada no prazo de dez dias a contar da data de notificação da adjudicação, devendo ser prestada sob uma das seguintes formas: por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante ou mediante garantia bancária ou seguro-caução.

CAPITULO V – Celebração do contrato

Artigo 33.º Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada ao Adjudicatário, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, nos termos do presente Programa de Concurso, para aceitação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando em relação à mesma não seja apresentada reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 34.º Reclamações Contra a Minuta

1. São admissíveis reclamações quanto à minuta quando dela constem obrigações não contidas nos documentos que integram o contrato, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Em caso de reclamação, será competente para decidir quanto à mesma o órgão com competência para a decisão de contratar, devendo este comunicar ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o que houver decidido, entendendo-se que a rejeita se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato.
4. Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelos adjudicatários são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

Artigo 35.º Celebração do Contrato

1. O contrato será celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou do conhecimento sobre a decisão da reclamação, sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte papel ou em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.
3. No caso de elaboração de um clausulado em suporte papel, a Entidade Adjudicante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a celebração do contrato.
4. No caso da elaboração de um clausulado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, as entidades adjudicantes comunicam ao prestador selecionado o modo e o prazo para a assinatura do contrato.

Artigo 36.º Não Outorga do Contrato

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário selecionado não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 54.º do Código dos

Contratos Públicos e do n.º 3 do artigo 4.º do presente Programa de Procedimento.

2. Nos casos previstos no número anterior, será adjudicada a proposta ordenada em lugar subsequente.

3. No caso previsto no n.º 1, poderá ser instaurado ao concorrente selecionado um processo de contraordenação, nos termos consignados nos artigos 455.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.

CAPITULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 37.º Legislação aplicável

1. Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Procedimento, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e republicado em anexo ao Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de Agosto e respectivas alterações;
- b) Na Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014;
- c) No Código de Procedimento Administrativo;
- e) Demais legislação especialmente aplicável.

Artigo 38.º Despesas e encargos

As despesas e encargos inerentes à celebração do presente contrato são da exclusiva responsabilidade do Adjudicatário.

Salvaterra de Magos, 03 de Janeiro de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal

ANEXO I – Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a)...
 - b)...
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato,

como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Formulário da Proposta

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 da cláusula 9.º)

_____ (Nome da empresa, NIF, morada),
registada na Conservatória do Registo Comercial _____, sob o
n.º _____, com o Capital Social de _____, titular do
Alvará de Construção n.º _____, emitido pelo IMPIC, contendo habilitações
_____, depois de ter tomado conhecimento do objecto
do procedimento do Concurso Público para a empreitada de
“ _____”, a que se refere o
anúncio datado de _____, obriga-se a executar a referida
empreitada, de harmonia com o caderno de encargos, pelo preço contratual
de _____, (por extenso e algarismos, em
euros, com respeito à segunda casa decimal) o qual não inclui o imposto
sobre o valor acrescentado.

À quantia supra mencionada acrescerá o IVA - imposto sobre o valor
acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que
respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na
legislação Portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... (assinatura)